



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA EM EDUCAÇÃO
ESPECIAL – DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS.**

**A INCLUSÃO NA DIVERSIDADE COMO DESAFIO
PARA EDUCAÇÃO NACIONAL: CONSIDERAÇÕES
SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Autora: Vanilda Alves de Araújo

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Soraia Napoleão Freitas

Lagamar, MG, Brasil

2010

A INCLUSÃO NA DIVERSIDADE COMO DESAFIO PARA EDUCAÇÃO NACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS

por

Vanilda Alves de Araújo

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação à distância em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos - como requisito final para obtenção do Título de Especialista em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Soraia Napoleão Freitas

Lagamar, MG, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Curso de Pós-Graduação à distância em Educação
Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

**A Inclusão na diversidade como desafio para a Educação nacional:
considerações sobre a educação de surdos.**

elaborada por

Vanilda Alves de Araújo

como requisito final para obtenção do Título de Especialista em
Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Prof^a. Dr.^a Soraia Napoleão Freitas
(Orientadora)**

Prof^a Míriam de Oliveira Maciel

Prof^a Letícia Fleig Dal Forno

Lagamar, MG, Brasil

2010

SUMÁRIO

RESUMO	04
ABSTRACT	05
1. INTRODUÇÃO	06
2. O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	07
3. REFERENCIAL TEÓRICO	08
3.1. Abordagem histórica sobre as necessidades educacionais especiais rumo a perspectiva da Inclusão	08
3.2. A Inclusão como perspectiva atual para Educação Especial: considerações conceituais e filosóficas	11
3.3. A Inclusão na diversidade como desafio para educação nacional: considerações sobre a educação de surdos	15
3.3.1. A diversidade característica das necessidades educacionais especiais.....	15
3.3.2. A Inclusão na educação de surdos.....	18
3.3.3. A efetivação da Inclusão: escola x aluno com necessidades educacionais especiais.....	20
3.4. Formação de professores para efetivação de práticas inclusivas na diversidade	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
5. REFERÊNCIAS	28

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A INCLUSÃO NA DIVERSIDADE COMO DESAFIO PARA EDUCAÇÃO NACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Autora: Vanilda Alves de Araújo
Orientadora: Soraia Napoleão Freitas
Lagamar – MG – Brasil

RESUMO

A atual proposta educacional propõe a Inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente no ensino regular promovendo-a por extensão, nos diferentes segmentos da sociedade. Contudo pensar na prática inclusiva diante da diversidade que caracteriza as salas de aula atualmente torna-se um desafio, diante da necessidade de preparação das instituições educativas e dos profissionais da educação para atuarem com um público com necessidades tão peculiares. Diante desse contexto, este estudo tem o objetivo de discorrer sobre os desafios da Inclusão diante da diversidade, pensando de maneira específica, na Educação de surdos. Nesse sentido, serão feitas considerações históricas sobre as necessidades educacionais especiais rumo à prática inclusiva, bem como sobre a Inclusão, a diversidade que caracteriza as salas de aula e a importância da formação de professores bem como adequação dos espaços escolares, dentre outros. Com tal objetivo, o estudo será feito mediante realização de pesquisa bibliográfica com base em autores que privilegiam a Inclusão educacional e social dos alunos com necessidades educacionais especiais. Diante dos estudos, têm-se reflexões sobre a importância de educadores conhecerem as individualidades de seus alunos para então propor intervenções e efetivar a prática inclusiva. É importante compreender como se dá a inclusão na atualidade, para que principalmente os profissionais da educação, possam realmente valorizar e incluir os alunos com necessidades educacionais especiais, de forma que todos tenham os mesmos direitos, recebendo as mesmas oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Palavras-chave: Alunos com necessidades educacionais especiais; Diversidade; Educação de surdos; Inclusão educacional; Formação de professores.

ABSTRACT

The actual educational propos proposed the Inclusion of the students with special educational needs of preference in regular teaching, promoting for extension, in different segments of society. However mind in Inclusive practice before in the diverse that character the classes actually is the challenge, before if necessity of the prepared of the educative institutions and the educations professions for lieder with a public with needs peculiarity. Before in the context, this student has the objective the to student about challenge the Inclusion before of the diversity, minding of the specific form, in the deaf's Education. In this sense, going to mind historic consider about special educational need in the inclusive practice, about Inclusion, the diverse with characterize the classroom and the important formation of teacher and appropriation of the school spaces, if other. With objective this students will be before bibliography investigation with diverse authors that reverend the Education and social Inclusion of the students with special educational needs. Before of the students have reflections about the important with teachers know the individual of the your students for proponed intervention and to carry out the inclusive practice. It is important to understand how the inclusion of education today, especially for education professionals, can really appreciate and include people with educational needs, so that all have the same rights and receive the same opportunities for growth personal and professional.

KEYWORD: Students with special educational needs; Diverse; Deaf's Education; Educational inclusion; Teacher Training's.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais ainda é recente em muitos países, incluindo o Brasil cuja perspectiva educacional na atualidade é a da Inclusão. Dessa maneira a educação inclusiva é proposta como elemento essencial no processo de desenvolvimento das potencialidades humanas de todos os alunos, indistintamente, sendo uma das principais vias de acesso à ressignificação das condições de vida e de bens sociais e culturais.

Diante do proposto pela Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, educar para a diversidade torna-se um desafio configurado pela necessidade de adequação das escolas e da preparação de educadores para trabalharem com as muitas necessidades das pessoas que chegam a essas instituições.

Com base no disposto, o presente estudo objetiva pesquisar sobre a Inclusão na diversidade, tecendo reflexões específicas sobre a Educação de surdos. Nesse sentido, serão discutidas considerações históricas sobre as necessidades educacionais especiais rumo à perspectiva da Inclusão; sobre os desafios presentes nas salas de aula e a diversidade das necessidades educacionais especiais que as caracterizam, de forma específica sobre a surdez; sobre a filosofia e proposta da escola inclusiva; a importância da formação de professores e preparação das instituições para efetivarem práticas de Inclusão, dentre outros.

Mediante tal objetivo, esse estudo será realizado com base na pesquisa bibliográfica, possibilitando uma melhor compreensão e análise da temática em foco. Diante desta modalidade de pesquisa serão retomados autores referendados e reflexões presentes em livros, revistas científicas e internet.

Em consonância às considerações, as temáticas priorizadas visam uma melhor compreensão sobre o processo de Inclusão na educação e na sociedade, refletindo sobre a importância de preparação dos professores e das instituições educativas para lidarem com as diferenças.

2. O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Com base na relevância das práticas educativas para efetivação de propostas sociais, tem-se então o surgimento da Inclusão, entendida como o processo que transcende o da integração de pessoas com necessidades educacionais especiais, proporcionando dessa maneira, a interação das mesmas nas classes comuns de ensino e por decorrência, a conquista de aprendizagens significativas.

Fundamentada na importância de se pensar a Inclusão diante da diversidade presente na sala de aula, o estudo foi realizado mediante a pesquisa bibliográfica com retomada de autores de referência que priorizam a temática da educação inclusiva tais como: Silva (1986), Del Claro (2006), Sasaki (2003), Santana (2004), Santos (2001) Vasconcellos (2003), Freire (2001), Libâneo (1983), dentre outros. Além dos autores citados, o estudo pauta-se ainda em documentos como a Declaração de Salamanca (1984), Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Inclusão (2008) dentre outros.

Tendo por alicerce os autores e documentos utilizados, a pesquisa apresenta-se mediante reflexões iniciais sobre as necessidades especiais em diferentes contextos históricos. Logo após, são lançadas considerações sobre a Inclusão, expondo conceitos e filosofias propostas por essa perspectiva educacional. Diante da importância da Inclusão para a Educação Nacional, são feitas considerações sobre a diversidade que caracteriza os alunos com necessidades educacionais especiais que chegam as salas de aula, lançando mão de reflexões específicas sobre a educação de surdos diante de tal diversidade. Em seqüência são enfocadas considerações sobre a efetivação da Inclusão diante da necessidade de que as instituições escolares se adéquem às necessidades educacionais dos alunos que chegam aos seus contextos. Por fim, os estudos focalizam a formação de professores diante da necessidade da Inclusão na diversidade.

Através das reflexões apontadas pela pesquisa bibliográfica têm-se reflexões sobre os caminhos percorridos bem como sobre os desafios enfrentados pela Inclusão nas diferenças. Tem-se ainda, considerações acerca da necessidade de os educadores conhecerem as especificidades que caracterizam os alunos que chegam atualmente nas escolas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Abordagem histórica sobre as necessidades educacionais especiais rumo à perspectiva da Inclusão

Os cidadãos com necessidades especiais, e de forma específica os com deficiência¹ foram ao longo da história da humanidade, bastante discriminados e marginalizados. Na antiguidade, por exemplo, os deficientes eram em grande maioria abandonados, numa ausência total de atendimento. Na Grécia antiga, crianças nascidas com deficiência eram eliminadas ou abandonadas, uma vez que a valorização do corpo levava ao sacrifício pessoas que possuíam principalmente deficiências físicas.

Com a ascensão do Cristianismo, a partir do século VI, o direito à vida passou a ser defendido com maior intensidade, sendo os seres humanos, vistos como filhos de Deus e donos de uma alma. Contudo perduravam ainda práticas excludentes uma vez que, diante do disposto por Silva (1986), até o século XVI os doentes mentais eram compreendidos como possuídos pelo demônio.

Posteriormente ações também discriminatórias continuavam presentes de forma intensa. Desta maneira, de acordo com Del Claro (2006), durante a Idade Média, muitas pessoas com necessidades especiais, e de maneira específica com deficiência, eram abrigadas e acolhidas em igrejas ou trabalhavam como bobos da corte, sendo existente ainda, a presença de castigo ou de tortura às mesmas, sendo esta, atitude aceitável para muitos contextos sociais.

Perdurando ainda entre os séculos XVI a XIX, tem-se a continuidade de práticas segregadoras, uma vez que pessoas com necessidades especiais continuavam isoladas por vezes em asilos, albergues e até mesmo em conventos. Em consonância Dallari (2001) relata que mesmo com o surgimento do primeiro hospital psiquiátrico da Europa, essa realidade pouco mudou, pois em sua maioria, tais locais não passavam de prisões sem qualquer tipo de tratamento especializado.

¹ Embora de acordo com a nomenclatura proposta pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva a Inclusão (2008), as necessidades educacionais especiais englobem o grupo das deficiências, dos transtornos globais do desenvolvimento e o das altas habilidades/superdotação, tais reflexões históricas se voltarão especificamente para o grupo das deficiências (físicas e mentais), tendo em vista serem visivelmente detectadas pela sociedade ao longo do tempo e tendo, portanto, muitos exemplos de práticas excludentes.

De acordo com Sasaki, nesse período da história a exclusão acontecia em seu sentido total. Dessa maneira, as pessoas com necessidades especiais, de forma específica as que possuem alguma deficiência,

[...] eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. (SASSAKI, 2003, p. 30-31).

Alicerçado em tais considerações, ressalta-se que em diferentes contextos e sob diversas culturas, longo foi e vem sendo o caminho percorrido até a Inclusão educacional e social, uma vez que em todos os momentos da história da humanidade, as pessoas com necessidades especiais foram alvos de comportamentos e de reações distintas e contraditórias de exclusão X integração² subsidiadas ora por ações de segregação, ora por ações de caridade e de assistência.

Tendo em mente a extrema, recíproca e determinante relação entre sociedade e educação é possível pensar no processo de Inclusão Educacional. Desta maneira, de acordo com Silva (2001), a atenção às pessoas com necessidades educacionais especiais passou, ao longo da história, por fases distintas rumo à construção da Inclusão. A primeira fase caracterizou-se pela exclusão total a pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo as mesmas rejeitadas, perseguidas e exploradas. A segunda fase, por sua vez, caracteriza-se pela segregação uma vez que [...] pessoas deficientes eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida (SILVA, 2001, p. 24).

Por fim, a terceira fase é a de Integração, havendo nesta, uma maior preocupação com o sujeito com necessidades educacionais especiais, preocupação educativa estendida também à sociedade. Diante da proposta de integração tem-se como princípio, a normalização, entendida como a necessidade de que os deficientes se tornem os mais “normais” possíveis dentro da sociedade.

² De acordo com a perspectiva da Integração, tinha-se o intuito de integrar o aluno que conseguisse se adaptar, no ensino regular. Nesse sentido o aluno é quem deveria se adaptar à prática educativa e não ao contrário.

Posteriormente a fase da Integração, chega-se à perspectiva da Inclusão.³ De acordo com a perspectiva da escola inclusiva busca-se oferecer a todos, oportunidades iguais de acesso a bens e serviços. A Inclusão, na visão de Mantoan (1997, p.23) “não permite diversificação pela segregação, mas pela inserção e pelo respeito.” Entretanto, como a perspectiva da Inclusão vem se estabelecendo em um processo bastante paulatino, somente a partir do Século XX é que as pessoas com necessidades educacionais especiais começaram a ser consideradas como cidadãos plenos de direitos e deveres através da formulação de leis e políticas públicas voltadas a garantia de direitos a todos, indistintamente. A passos lentos, práticas educativas de cuidado com as pessoas com necessidades educacionais especiais, que tiveram maior impulso a partir da década de 80, foram sendo construídas em diferentes e distintos contextos. Ressalta-se que tais práticas foram consolidadas como consequência de lutas e de sofrimento rumo ao combate à indiferença e ao preconceito. Criou-se, a partir de então, um contexto global que impulsionou a formulação de leis e políticas públicas no Brasil. Santos (2001) pondera que, na realidade, o movimento de Inclusão começou com mais força na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos, tomando impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento. De acordo com suas reflexões, o ideal de uma sociedade inclusiva se fundamenta na valorização da diversidade, de forma a garantir oportunidades iguais de acesso e participação de todos em todos os setores sociais, independentemente das peculiaridades de cada sujeito.

Contudo, mesmo diante da perspectiva da Inclusão, muitas ainda são as práticas excludentes vigentes e os preconceitos arraigados de diferentes contextos sociais. Em consonância, e de acordo com Santos (2001), as pessoas, em sua maioria, (com deficiência ou não), ao serem questionadas a respeito de terem necessidades especiais, demonstram uma concepção preconceituosa, rejeitando que é diferente e o que não corresponde aos padrões sociais vigentes. Nesse contexto, ainda atualmente muitos indivíduos com necessidades educacionais especiais são estigmatizados porque trazem consigo características diferenciadas

³ A Integração difere-se da Inclusão em sua essência uma vez que a Inclusão transcende a prática da integração. Mais que integrar o aluno no ensino regular, a Inclusão propõe a interação de todos os alunos e a promoção de aprendizagens contínuas diante de limitações e potencialidades tidas por todos os alunos, indistintamente.

dos ditos normais. O estigma⁴ os distingue pejorativamente das demais pessoas, o que se constitui ainda um desafio a ser vencido pelas pessoas com necessidades educacionais especiais, pelas suas famílias e por toda sociedade. De encontro a tais reflexões:

Pelo modelo social da deficiência, os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver que ela cria problemas para as pessoas com necessidades especiais, causando-lhes incapacidade (ou desvantagem) no desempenho de papéis [...] (SASSAKI, 2003, p. 47).

Neste amplo contexto, atualmente a sociedade ainda tem carência em conhecer e respeitar as pessoas com necessidades educacionais especiais, percebendo suas características e seu potencial, o qual desenvolve - como o de qualquer pessoa - de acordo com os estímulos e oportunidades que tiver em relação ao acesso à educação, ao mercado de trabalho, ao lazer, dentre outros.

A falta de conhecimento da sociedade em geral, faz com que as necessidades educacionais especiais sejam vistas como uma doença crônica e até mesmo como um problema social, fazendo com que os próprios sujeitos alvo da Educação Especial sintam-se inferiores aos ditos normais. Diante do exposto, romper com barreiras de preconceito e segregação, ainda se constitui atualmente, embora com um caminho já percorrido, como um desafio vigente e relevante.

3.2. A Inclusão como perspectiva atual para Educação Especial: considerações conceituais e filosóficas.

Praticamente em toda a história da humanidade a educação era privilégio da elite e para os alunos considerados normais pelo senso comum. Tal fato ocasionou até pouco tempo, a inacessibilidade das pessoas com necessidades educacionais especiais à educação. Essas ações preconceituosas eram feitas sob a crença de que tais pessoas não podiam ser educadas, uma vez que eram rotuladas como

⁴ Nesse sentido Del Claro (2006), entende que a palavra estigma é usada desde a antiguidade para marcar a diferença uma vez que, ainda hoje na sociedade ser uma pessoa com necessidades educacionais especiais é ser concebido como portador de incapacidade e improdutividade.

incapazes, sendo, portanto, vistas em sua incompletude e julgadas pejorativamente por suas necessidades.

Contudo, atualmente, o enfoque social e educacional está pautado na igualdade de oportunidades, sendo a exclusão vista como “[...] algo a ser erradicado enquanto a diversidade e a diferença começam a se constituírem em motivos de organização de uma realidade escolar inclusiva.” (VASCONCELOS, 2004, p. 06).

A perspectiva da Inclusão Educacional surge nesse contexto, de acordo com Silva (2005) enquanto uma busca por novos caminhos, levando-se em conta a necessidade de adaptar o meio às pessoas com necessidades educacionais especiais e não essas pessoas se adaptarem a ele, como se pensava anteriormente à perspectiva da escola inclusiva. Em consonância

Não cabe ao deficiente adequar-se a uma sociedade planejada impensadamente para acolher a todos que nela vivem. Cabe à sociedade replanejar e eliminar todas as barreiras quer sejam físicas ou atitudinais, para que todas as pessoas, inclusive os portadores de necessidades especiais, possam ter acesso a todos os serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional, que são disponibilizados aos outros elementos da sociedade. (SANTOS, 2001, p. 19)

A Inclusão social significa então, para Monte-Serrat (2004, p. 06), “[...] a modificação da sociedade como pré-requisito para as pessoas com necessidades educacionais especiais buscarem seu desenvolvimento e exercerem a cidadania”. Nesse contexto, muitos aceitam as diferenças e limitações das pessoas com necessidades educacionais especiais de forma a cooperarem com o processo de Inclusão. Contudo Silva (2001) relata que muitas vezes as próprias pessoas com necessidades educacionais especiais são mal preparadas para vivenciar com dignidade seus direitos e, principalmente, lidarem com sua humanidade como outra pessoa qualquer. De acordo com a Secretaria de Direitos humanos,

[...] inclusão, abrangendo conceitos como respeito mútuo, compreensão, apoio, equidade e autorização, não é uma tendência, um processo ou um conjunto de procedimentos educacionais passageiros a serem implementados. (BRASIL, 2003, p.15).

Com base na necessidade de que a sociedade se mobilize para implementação da Inclusão em todos os seus setores e que as pessoas com necessidades educacionais especiais estejam preparadas para serem incluídas,

pode-se falar prioritariamente da perspectiva da Inclusão na Educação Especial uma vez que ela vem redimensionar essa perspectiva de ensino bem como a Educação como um todo. Desta maneira, diante da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem-se o objetivo primordial e amplo de assegurar a Inclusão escolar aos alunos com necessidades educacionais especiais

[...] orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14)

Alicerçado no objetivo da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é possível pensar na Filosofia proposta pela escola inclusiva e também no quanto esta filosofia representa para a educação, sendo um marco para a realidade brasileira uma vez que as reflexões advindas com a Inclusão “[...] contribuem para uma educação mais personalizada e fomentam a solidariedade entre todos os alunos.” (Salamanca, apud GUIJARRO, 2005 p.07) De acordo com a filosofia da escola inclusiva, acredita-se nas potencialidades e capacidades de aprendizagem de cada aluno, de maneira a possibilitar a interação de todos com autonomia. Nesse sentido:

Não basta estarem incluídos numa sala de ensino regular se junto com seus colegas, não desenvolverem sua capacidade crítica e criativa. [...] A escola deve oferecer a todos, sem exceções, os elementos de emancipação, pela apropriação dos conhecimentos (qualidade formal), pelo desenvolvimento de aprender a aprender e de saber pensar (qualidade política) para que possam efetivamente, ser incluídos. (CARVALHO, 1998, p.43)

A prática inclusiva é então uma possibilidade de interação, sendo entendida como “[...] um primeiro passo necessário para regulação e o controle da alteridade” Veiga-Neto, apud (SKLIAR, 2006, p.28) e também um passo importante para construção de uma sociedade mais democrática. A Inclusão escolar torna-se uma arma contra práticas excludentes e discriminatórias favorecendo “[...] uma cultura de paz e de sociedades mais justas e democráticas”. (GUIJARRO, 2005, p.10)

Diante da importância da filosofia da Inclusão cabe lembrar que o direito à educação é uma conquista recente para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Em consonância, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9.394/96 destacam a Inclusão educacional como importante elemento formador da nacionalidade, sendo uma obrigação do estado, o qual deve garantir atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades específicas de aprendizagem na rede regular de ensino.

Com base na certeza de que, nas palavras de Santana (2004, p. 07), “[...] a educação tem, por objetivo, que todos os alunos sejam incluídos em salas comuns, levando em conta as necessidades de todos” é possível pensar na extrema necessidade de que haja mudanças na gestão da educação, de forma a possibilitar o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns do ensino regular. Neste contexto, inclui-se o desenvolvimento de programas de formação de professores, a adequação arquitetônica dos prédios escolares e ações complementares promotoras da organização dos recursos técnicos e pedagógicos que facilitem a acessibilidade do aluno e do educador no processo ensino e aprendizagem. Diante do disposto

Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades especiais de seus alunos acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades. (SASSAKI, 2003, p. 120).

Cabe lembrar ainda que a responsabilidade pela educação e para que a Inclusão seja realmente efetivada não é só da escola, mas também da família e da comunidade. É importante que todos tenham uma visão voltada para as potencialidades do indivíduo, oferecendo condições para que elas sejam trabalhadas e promovam aprendizagens. Em consonância, Santos (2001) defende que a diferença deve representar um valor que se soma à aceitação e compreensão do outro, ao reconhecimento das necessidades e capacidades de cada um. Com o aprimoramento da qualidade do ensino regular como requisito para a Inclusão educacional, a educação, na visão de Santana (2004), torna-se especializada ao aluno e dedicada à busca de novas maneiras de se ensinar, adequando-se à heterogeneidade de todos.

Alicerçado nas considerações expostas, ressalta-se que a Inclusão, enquanto perspectiva para Educação Especial vem redimensionar o foco da Educação. Mais que ressignificar as práticas educativas, a Educação Inclusiva vem contribuir para transformações das relações sociais como um todo.

3.3. A Inclusão na diversidade como desafio para educação nacional: considerações sobre a educação de surdos

3.3.1. A diversidade característica das necessidades educacionais especiais

Diante do compromisso do oferecimento de uma Educação para todos indistintamente, tida como princípio proposto pela Declaração de Salamanca (1994), cabe pensar na diversidade que caracteriza o público da Educação especial e na necessidade de o ensino regular atender a essa diversidade. Dessa maneira:

O conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado, a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças. No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p.15)

Nesse contexto, efetivar a Inclusão é fomentar uma educação prioritariamente para a diversidade, atendendo as peculiaridades que caracterizam cada necessidade educacional especial que chega às salas de aula. Pensando nessa diversidade é possível entender de maneira mais minuciosa o que caracteriza o público da Educação Especial. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

[...] a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, ue implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008, p.14)

Dentro dos grupos característicos das necessidades especiais listados pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, remonta-se a algumas necessidades mais recorrentes, que via de regra chegam com alunos às salas de aula do ensino regular. Cabe ainda ressaltar a importância de a escola se adequar, pensando intervenções específicas para as mesmas.

Nesse sentido, uma das necessidades que caracterizam o público da Educação Especial e que, via de regra, se apresenta como desafio para a qualidade do ensino regular é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) Na escola, em um aluno com TDAH “[...] nota-se uma contínua movimentação, tendência a subir em móveis, constante expressão verbal, gritos, dando a nítida impressão de que estão ligados na tomada o tempo todo.” (CALDEIRA, 2005, p. 154). O TDAH⁵ é mais freqüente no sexo masculino e em 15 a 20% dos casos os sintomas persistem até a vida adulta. Esse distúrbio não é passageiro, e seus sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade podem levar a um baixo desempenho escolar, tendo por isso a importância da afirmação de Cavalcante e Lima (2010) de que os professores necessitam conhecer e entender bem este transtorno, bem como sua repercussão na aprendizagem.

Outra necessidade especial presente no ensino é o Autismo. No transtorno autista, “as anormalidades do desenvolvimento geralmente são percebidas já no primeiro ano de vida” (CALDEIRA, 2005, p. 134) e se manifestam invariavelmente nos primeiros 36 meses de vida. Os principais sintomas são ausência e/ou atraso na fala; modo anormal de relacionamento com outras pessoas, objetos e até diante de situações sociais, sendo os sintomas, variáveis de pessoa para pessoa. Geralmente os diagnósticos são confusos, sendo para o educador, muito importante conhecer os sintomas mais freqüentes neste transtorno, quais sejam:

Não se misturam com outras crianças; age como se fosse surdo; não demonstra medo de perigos reais; resiste a mudanças de rotinas; Resiste ao contato físico; acentuada hiperatividade física; não mantém contato visual; apego não apropriado a objetos; às vezes é agressivo e destrutivo; modo e comportamento arredo e indiferente. (CALDEIRA, 2005, p. 135).

⁵ Na visão de Silva (2005) com este transtorno, os indivíduos dão a impressão de estarem com a mente em outro local, ou de não ouvirem o que foi dito recentemente. Assim, os indivíduos diagnosticados com TDAH podem iniciar uma tarefa, passar para outra, e voltarem na tarefa anterior antes de completarem qualquer uma delas. Frequentemente não conseguem terminar o trabalho escolar, tarefas domésticas ou outros deveres.

Os autistas são crianças que necessitam de uma rotina estruturada. Ao incluir crianças com autismo na rede regular de ensino, busca-se principalmente proporcionar às mesmas, a oportunidade de expor suas possibilidades e habilidades.

Além dessas necessidades expostas, a deficiência mental é ainda uma necessidade educacional recorrente, a qual segundo Mantoan (1997) revela que a permanente estimulação provoca a construção das estruturas mentais e conseqüentemente a evolução cognitiva. Para Rosa (2003), as crianças com deficiência mental têm um processo de aprendizagem mais lento, no que se refere ao uso da memória, à associação e classificação de informações e raciocínio, dentre outros. Um trabalho educacional com crianças com deficiência mental deve valorizar principalmente as atividades espontâneas, que permitam ao professor uma melhor avaliação e reflexão sobre suas respostas. É muito importante que o educador compreenda o modo de aprender do aluno e como constrói o seu pensamento. A motivação e os desafios são também pontos importantes e devem ser valorizadas pelo professor, uma vez que, atividades ricas em desafios estimulam o interesse dos alunos.

Grande recorrência no ensino regular tem também a Deficiência visual com causas e características distintas. Assim, dependendo da intensidade da perda visual, o processo de desenvolvimento e aprendizagem pode estar proporcionalmente comprometido. Entretanto, as crianças com distúrbios visuais vão adquirindo, ao longo do tempo, capacidade de se organizarem diante do real, de forma lógica e coordenada. Nesse sentido, as ações educativas “[...] devem estar dirigidas à ênfase de estratégias ou técnicas específicas para a estimulação visual, orientação e mobilidade” (SILVA, 2005, p. 184), para que os deficientes visuais tenham mais recursos para a aprendizagem.

Outro ponto importante, segundo Sá (2007) é possibilitar aos alunos com deficiência visual, a coleta de informações por meio de outros sentidos, como a audição, o tato, o paladar e o olfato, que são para eles, importantes canais de dados e informações. Em consonância, os educadores também devem ter conhecimento e domínio do alfabeto Braille, um recurso que atende parte das necessidades educativas dos alunos com necessidades educacionais especiais visuais. Nesse sentido, “A variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis

possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa.” (SÁ, 2007, p. 26)

De acordo com exposições gerais acerca de algumas necessidades educacionais especiais que se manifestam em alunos nas instituições educativas, cabe ressaltar que à medida que tais instituições vão recebendo esses alunos, vão também se familiarizando com suas especificidades, aprendendo a trabalhar e respeitar suas necessidades e particularidades de forma a possibilitar dentro do possível, oportunidades de convívio social, aprendizagens e direito à cidadania.

3.3.2. A Inclusão na educação de surdos

Dentre os vários tipos de necessidades educacionais que chegam às salas de aula, pode-se pensar especificamente na deficiência auditiva⁶ sendo esta, uma das mais comuns, pois segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo de 2000⁷, somente no Brasil, foram registrados em torno de 166.400 casos de pessoas com incapacidade de ouvir e outras 900 mil pessoas as quais afirmaram possuir dificuldades permanente de audição.

A deficiência auditiva pode manifestar-se como uma surdez leve, em que a perda auditiva permite que o indivíduo consiga se expressar oralmente, podendo também manifestar-se como uma surdez severa, que impede o indivíduo de adquirir de forma natural a linguagem oral. Cabe ressaltar que a deficiência auditiva foi associada - durante muito tempo - ao déficit de aprendizagem, devido à maneira de comunicação das pessoas com essa deficiência. Somente após a criação da língua de sinais é que os deficientes auditivos tiveram a oportunidade de melhorar sua forma de comunicação. Em consonância, as pessoas com deficiência auditiva “[...] devem ser tratadas como qualquer educando no que se refere aos direitos, deveres, normas, regulamentos, combinados, disciplina e demais aspectos, da vida escolar.” (SÁ, 2007, p. 14). Dessa forma evita-se a fragilização dos alunos e, principalmente, a prevalência de atitudes discriminatórias.

⁶ O deficiente auditivo é aquele que possui perda total ou parcial de audição podendo apresentar resquícios auditivos, por doenças congênitas ou adquiridas, tendo dificuldade de compreensão da fala através do ouvido.

⁷ Dados disponíveis no site http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/deffisica_nacional/especial.html. Acesso em 15 de Abril de 2010.

Para Machado (2009), a língua de sinais é uma linguagem visual somada a gestos, expressões e movimentos. No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - surgiu a partir da linguagem de sinais francesa e é utilizada de acordo com a cultura e identidade de cada região. O uso dessa língua sozinha não determina a existência de inclusão social ou educacional, embora seja esta, a linguagem própria do sujeito surdo. É preciso então pensar na valorização da identidade e da cultura surda. A surdez, nesse sentido, se constitui como uma comunidade com cultura diferente.

Historicamente, a educação do surdo tinha como pressuposto a comunicação, sendo transmissão dos conhecimentos secundários. A partir da década de 90, a partir das políticas de diretrizes da Educação Especial, especificadas na Declaração de Salamanca (1997, p.02), que afirma que “[...] o surdo deve ser inserido de fato, para que possa ter sua cidadania respeitada” é que houve mudanças significativas com uma política educacional para surdos. Atualmente, na visão de Silva (2005), as propostas educacionais são mais voltadas para o desenvolvimento cognitivo-lingüístico em uma relação harmoniosa com os ouvintes⁸.

Vale ressaltar que as barreiras enfrentadas ainda são inúmeras, pois em sua maioria, as escolas ainda não estão preparadas para receberem o aluno surdo e os professores carecem de mais preparo e de formação para trabalharem com a diversidade que representa a sala de aula atual. Silva (2005) afirma ainda que a escola inclusiva precisa de adaptação, tanto de grande quanto de médio porte, dependendo de iniciativas de órgãos federais, estaduais e municipais da educação, competindo muitas mudanças, à função e atuação do educador. Desta maneira, para Mitler (2003, p.139), “Inclusão e exclusão começam na sala de aula”. Dessa maneira são as relações cotidianas que proporcionam ou não a possibilidade de experiências e aprendizagens.

Nesse sentido faz-se pertinente questionar se as escolas estão preparadas para disporem de intérpretes nas em salas de aula regulares. Ao encontro a essa necessidade tem-se o disposto na LDB 9394/96 segundo a qual “§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular” (BRASIL, 1996, p.21), sendo assegurado aos educandos com necessidades especiais “Art.

⁸ Cabe ressaltar a importância da interação. Contudo a língua e a cultura dos surdos são diferentes da dos ouvintes. Nesse sentido uma escola própria para surdos, com um currículo que invista na valorização da cultura e identidade faz-se pertinente.

59º (...) I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; (BRASIL, 1996, p.21)

Com base no disposto, observa a preocupação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de proporcionar recursos que venham atender as necessidades dos alunos, cabendo às instituições educativas, tendo esses alunos, lutarem para que tais recursos (físicos e/ou humanos) se concretizem para garantia de um ensino de qualidade.

Alicerçado nas considerações acima, para que realmente haja a Inclusão educacional das pessoas surdas é importante que haja interação e valorização da língua de sinais, lembrando-se que essa forma de linguagem dará sustentação a todo o processo ensino aprendizagem. Em consonância, o processo de aprendizagem para o aluno surdo pode ser desenvolvido adotando-se as mesmas propostas curriculares do ensino regular, desde que sejam feitas adaptações curriculares sendo utilizadas também, técnicas e instrumentos adaptados, tendo em mente as reais necessidades de tais alunos. Outro fator pertinente neste contexto é considerar a importância da diversidade, do tempo e do ritmo de aprendizagem de cada aluno em sua individualidade, garantindo assim o desenvolvimento pleno dos indivíduos. A exclusão social, para ser enfrentada, necessita de uma educação atenta que busque atender a esferas cada vez mais amplas da sociedade.

Tendo como alicerce as considerações expostas, a educação dos surdos traz à tona, as limitações do atual sistema de ensino, que ainda luta para adequar-se à realidade e promover educação de qualidade para todos. Silva (2001, p.21) questiona “[...] como se organizam os saberes e o conhecimento dentro do espaço para se ter uma educação de qualidade?”. Nesse sentido, um currículo bem planejado é peça essencial para uma educação de qualidade, tendo em mente muitas outras adaptações das instituições educativas e dos professores para atender a diversidade, diante de suas necessidades.

3.3.3. A efetivação da Inclusão: escola x aluno com necessidades educacionais especiais

Atualmente há um compromisso das práticas educativas com a Inclusão educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais, ampliando,

dentro desta visão, a ação da educação especial que passa a dar oportunidades iguais de participação a todos no processo educativo. Muitos alunos geralmente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares - como os alunos que apresentam dificuldades cognitivas, psicomotoras ou de comportamento - neste novo contexto de Inclusão passam a ter oportunidades iguais de acesso à educação.

Por mais que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva caracterize as necessidades consideradas educacionais especiais, Silva (2006, p.14) esclarece que em “[...] qualquer período da vida de uma pessoa em que ela precise de algum tipo de atendimento diferenciado, este pode ser considerado uma necessidade especial”. Nesse sentido, para efetivar a Inclusão, pensando na diversidade de necessidades especiais que chegam até à escola e de maneira específica, na Educação de surdos, faz-se pertinente uma adequação da instituição a tais necessidades. De acordo com Silva (2005), a política de Inclusão que norteia a entrada e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino representa na atualidade uma revisão de valores, promovendo então muitas dúvidas suscitadas. Nesse sentido questões problematizadoras são levantadas tais como: Como integrar o aluno com necessidades educacionais em classes regulares? Como receber um aluno especial na escola regular? E o currículo escolar: quais as adaptações curriculares e atividades didáticas devem ser desenvolvidas? Como efetivar a Inclusão diante de uma necessidade específica como a surdez?

Diante de tantos questionamentos, cabe ressaltar que o desconhecimento, tanto da escola quanto do professor, desta nova clientela a ser atendida torna a Inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais um desafio. Para muitos autores como Santos (2001), Santana (2004), entre outros, a falta de condições mínimas educativas e o desconhecimento das necessidades educacionais especiais e suas características, agravam ainda mais as dificuldades enfrentadas por educadores ao receberem em suas classes, alunos alvo da Educação Especial.

Com base no exposto, para ultrapassar os desafios e vencer as lacunas e inquietações advindas da necessidade de se efetivar a Inclusão na diversidade, é relevante ter em mente primordialmente que o direito do aluno com necessidades educacionais especiais é um direito constitucional. Esse direito se baseia na valorização das diferenças e no resgate de valores sociais e culturais que fortalecem

as identidades individuais e coletivas. É preciso então, diante desse cenário, aprender e ensinar na diversidade considerando-a como um todo que caracteriza essencialmente cada ser humano em suas peculiaridades, independente de terem necessidades consideradas como educacionais especiais ou não.

Pensar na adequação da escola ao aluno com necessidades educacionais especiais diante da perspectiva da Inclusão é possível a partir do conhecimento das características e particularidades de cada necessidade específica de aprendizagem. Dessa maneira é pertinente que o educador tenha condições e suporte para receber alunos com necessidades educacionais especiais, sabendo lidar com seus limites principalmente, no processo ensino aprendizagem e na construção de cidadania.

Tomando por exemplo, a Educação de surdo, já que este estudo focaliza esta necessidade de maneira mais específica, é possível pensar nas adequações que podem ser feitas pela escola. É pertinente fomentar a proposição de práticas que significativamente incluam os surdos, não sendo mais uma realidade excludente, como em muitos casos acontece, propondo então transformações que culminem na mudança de concepção sobre os mesmos, direcionando novas práticas educativas.

Diante da perspectiva da Inclusão pode-se refletir sobre o currículo, o qual não deve mais ser centrado nos conteúdos, mas deve focar conceitos e valores, fundamentando-se na identidade e na cultura do educando de maneira bastante ampla e mutável. Na Educação de Surdos, o currículo deve voltar-se para estudo da sua cultura bem como de outras culturas, tendo relevância também, abordagens temáticas que se voltem para a Língua de Sinais, o conceito de Diferença, de Deficiência, de cultura, o histórico dos surdos, dentre outras reflexões. Ressalta-se também, a importância da presença dos Intérpretes e dos instrutores de Libras para que haja uma formação adequada à demanda existente e a conseqüente interação do sujeito com surdez ao ensino, de maneira que aconteça na prática, o que a teoria já assinalou como pertinente.

Uma vez apontadas tais reflexões entende-se a relevância de que a mudança de concepções seja pressuposto para ações pertinentes. Certamente uma transformação na representação que se faz dos surdos e da surdez, seja determinante para conquistas e ações efetivas no âmbito educacional e social.

Neste contexto, a escola, deve ser um espaço plural, com regras e valores. Para ser inclusiva é essencial que esteja voltada à construção de uma estrutura que atenda as exigências das inúmeras situações cotidianas de aprendizagem. Uma

estrutura física e pedagógica que proporcione aos alunos situações e aprendizagens que despertem as potencialidades e capacidades de cada um, fazendo da diferença, uma nova prática educativa e uma nova forma de olhar a vida. Desta maneira o processo de Inclusão educacional exige planejamento de políticas e políticos comprometidos. O projeto educativo inclusivo, na visão de Silva (2005) deve pautar-se no trabalho em equipe e na valorização da diversidade.

Acredita-se então, que paulatinamente, práticas inclusivas aconteçam no Ensino brasileiro e conseqüentemente na sociedade, de maneira que o surdo, e outros alunos com necessidades educacionais especiais, sejam respeitados em suas limitações e em suas possibilidades. Sabe-se pois, que as mudanças educativas são extremamente determinantes de mudanças sociais. Espera-se então, que a escola, enquanto agente social, contribua para a construção de uma sociedade mais igualitária e fraterna.

3.4. Formação de professores para efetivação de práticas inclusivas na diversidade

Atualmente percebe-se que a cada dia, a população em diferentes contextos sociais têm se preocupado e valorizado a igualdade de valores entre os seres humanos. A partir de 1980 muitos dos setores sociais se mobilizaram para destacar a urgência da necessidade de Inclusão social de pessoas e de minorias discriminadas.

Diante de um contexto amplo, a educação inclusiva no Brasil vem crescendo a cada ano em todo o território nacional⁹. Monte-Serrat (2004) ressalta que segundo o censo do MEC, o número de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em escolas regulares cresceu desde 1998 em torno de 229%. No entanto, ainda falta maior sensibilização dos sistemas escolares e de orientação para os professores.

Com base na necessidade de se consolidar a Inclusão, o professor tem um grande desafio quando possui em sala de aula alunos com necessidades

⁹ Dados disponíveis no site http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1. Acesso em 08 de Abril de 2010.

educacionais especiais tendo por outro lado, “[...] um grande papel dado que trabalha com dois elementos da maior importância para a espécie: as novas gerações e o conhecimento.” (VASCONCELLOS, 2003, p. 48) Para Franco (2002), a educação tem como missão, por um lado, transmitir conhecimentos curriculares essenciais à formação do aluno, por outro lado, conscientizar as pessoas sobre a interdependência entre todos os seres humanos do planeta.

Freire (2001) afirma que a tarefa fundamental do educador é, nesse sentido:

[...] uma tarefa libertadora. Não é para encorajar os objetivos do educador e as aspirações e os sonhos a serem reproduzidos nos educandos, os alunos, mas para originar a possibilidade de que os estudantes se tornem donos de sua própria história. [...] os professores têm de transcender sua tarefa meramente instrutiva e assumir a postura ética de um educador que acredita verdadeiramente na autonomia total, liberdade e desenvolvimento daqueles que ele ou ela educa. (FREIRE, 2001, p.78).

Freire (1996) afirma ainda que o educar é um agente de intervenção na realidade, devendo portanto, o educador, estar sempre atualizado e dominar os conteúdos. O ato de ensinar exige pesquisa, paciência, tolerância, domínio de conteúdo, e conhecimento de mundo. Ao encontro a tais reflexões, Souza (2003, p.16) afirma que, para o professor é de suma importância delimitar “[...] o que vai ensinar; como vai ensinar; quando vai ensinar; para quem vai ensinar, e o que é mais importante para o aluno aprender”.

Dessa forma, todas as atividades devem ser planejadas para que o professor alcance os objetivos propostos. Nesse sentido Freire (1996) defende que a formação do educador deve ter como princípio básico o domínio técnico científico, pedagógico e ético, levando em consideração os interesses sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade como um todo.

Dessa maneira, a formação continuada de professores é essencial, pois de modo geral, o bom professor hoje é aquele que prossegue seus estudos, busca novos conhecimentos e habilidades. Silva (2005, p.11) complementa Freire (1996) ao afirmar que: “bom professor é aquele que está sempre bem preparado”.

Com base nas discussões expostas, a boa formação profissional capacita o educador para atuar de forma crítica – reflexiva, com capacidade para reinterpretar o meio no qual estão inseridos os alunos. A formação oportuniza ao docente o saber

contextualizado, as diversas práticas históricas sociais e culturais bem como o conhecimento do processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno em seus aspectos cognitivo, social e afetivo. Freire (1996, p.25) conclui que: “[...] ensinar não é só transferir conhecimentos, mas transformar conhecimentos em aprendizagem”.

Além do exposto, Drouet (1997, p. 215) afirma que: “[...] é muito importante o entrosamento entre o professor e seus alunos”. Nesse sentido: o aprendizado fica mais fácil para o aluno, quando é possível uma relação flexível com o professor. Para tanto, o educador pode buscar vários tipos de recursos e metodologias para desenvolver os conteúdos em sala de aula com criatividade.

Por sua vez, segundo Pedrinelli (1994), é importante que toda a ação educativa possibilite, não somente o reconhecimento das potencialidades do aluno, como também sua Inclusão na sociedade. Neste sentido, quando se trata de educação inclusiva é importante que o professor conheça o seu aluno, saiba qual tipo de necessidade educacional de aprendizagem possui, idade em que a mesma se manifestou, se é transitória ou permanente e principalmente que conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional.

Faz-se importante ainda, que o professor, além do trabalho direto com os alunos

[...] mantenha contato com os pais, descrevendo o que foi feito durante o período de aula, bem como o que está sendo encaminhado como tarefa para casa. É certo que com o passar do tempo, à proporção que a criança começa a exteriorizar condições, que ela seja responsabilizada pelos avisos. Ao contrario, corre-se o risco de impedir o desenvolvimento de sua independência. (SILVA, 2005, p. 155).

Além dos aspectos listados como importantes na atuação docente, Paulo Freire (1983) defende a idéia de que só existe educação quando há amor e dedicação. “Ama-se na medida em que se busca comunicação, integração a partir da comunicação com os demais”. (FREIRE, 1988, p. 29). O amor neste sentido está na importância do diálogo, na forma como o educador interage com os alunos. Nas interações entre aluno e professor, os fatores afetivos e cognitivos contribuem de forma decisiva para a construção de imagens e sentimentos, intenções e significados.

A afetividade é uma dimensão sempre presente em todos os processos interativos, inclusive e, especialmente, nas dinâmicas de sala de aula, sendo

indispensável para a apropriação de novos conhecimentos. Assim, os alunos estimulados a desenvolverem seu raciocínio e sua afetividade aprendem a conhecer a si, ao outro e o mundo, sendo o educador, um exemplo contínuo. De acordo com Libaneo (1994):

Em cada um dos momentos do processo de ensino o professor está educando quando: estimula o desejo e o gosto pelo estudo, mostra a importância dos conhecimentos para a vida e para o trabalho, exige atenção e força de vontade para realizar as tarefas; cria situações estimulantes de pensar, analisar, relaciona aspectos da realidade estudada nas matérias, preocupa-se com a solidez dos conhecimentos e com o desenvolvimento do pensamento independente; propõe exercícios de consolidação do aprendizado e da aplicação dos conhecimentos. A realização consciente e competente das tarefas de ensino e aprendizagem torna-se, assim, fonte de convicções, princípios de ação, que vão regular as ações práticas dos alunos frente a situações postas pela realidade. (LIBANEO, 1994, p. 99).

Diante da importância do educador para efetivação da Inclusão é importante pensar na sua valorização buscando dessa maneira:

[...] melhoria das condições de trabalho e de salário, assim como é igualmente importante investir na sua qualificação, capacitando-os para que possa oferecer um ensino de qualidade, ou seja, um ensino mais relevante e significativo para os alunos. (BRASIL, 1998, p. 38).¹⁰

Alicerçado nas considerações até então expostas, os paradigmas educacionais e sociais atuais envolvem, além da igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade, propondo reflexões sobre inúmeros outros temas voltados para o pleno desenvolvimento humano, no seu aspecto individual, social e humano. Por isso a importância do processo de Inclusão escolar constituir-se numa proposta cujos valores de igualdade de oportunidades educacionais sejam garantidos a todos. Nesse sentido a prática inclusiva exige ações internas e externas, cooperação, participação e solidariedade entre todos, tornando-se, a formação de professor, um ponto chave para proposição de mudanças efetivas.

¹⁰ Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais colocam a importância do educador e uma preocupação com sua formação e qualificação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida pelas pessoas com necessidades educacionais especiais em busca de melhores e mais dignas condições de vida é longa, sendo existentes ainda, práticas excludentes, muito embora tais pessoas tenham a garantia de igualdade de oportunidade mediante as legislações e filosofias vigentes.

Apesar do longo caminho ainda a ser percorrido, a Inclusão focaliza atualmente a diversidade e a liberdade de ações, principalmente daqueles que somente agora estão tendo a oportunidade de pelo menos mostrar ao mundo suas potencialidades, construindo com autonomia a sua própria trajetória de vida. Nesse sentido as pessoas com necessidades educacionais especiais encontram no processo de Inclusão o direito não só de freqüentar a escola regular e estar em sala de aula comum, mas de interagir e produzir conhecimentos.

Com base no disposto buscou-se com esse artigo, refletir sobre a promoção da Inclusão diante da diversidade, buscando atender às especificidades de cada necessidade educacional especial apresentada por cada aluno - o que tentou se exemplificar utilizando reflexões sobre a surdez -, destacando ainda a necessidade de formação continuada dos educadores e da preparação das instituições escolares para efetivação da Inclusão.

Espera-se com este artigo, acrescentar informações aos profissionais da educação, propondo reflexões que redimensionem ações pautadas no conhecimento e valorização da diversidade diante da necessidade prioritária de se promover a Inclusão Educacional e social. Diante da necessidade de incluir na diversidade, cabe às instituições educativas bem como aos educadores, reivindicarem o que as legislações já garantem, buscando nesse sentido, recursos concretos para atender a cada pessoa com necessidade educacional especial que chega às suas salas de aula. Efetivar práticas educativas é nesse sentido um compromisso de todos sabendo-se que tais práticas repercutem na própria sociedade.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. disponível no site http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf. Acesso em 20/05/2008.

_____. **Constituição do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial**. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Trad. de Edilson Alkmim da Cunha. Brasília: CORDE, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação na perspectiva da escola inclusiva**. 07 de Janeiro de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao1.pdf>

CARVALHO, Sumaya Persona de. **Educação especial e inclusão: algumas considerações**. Cadernos de Educação. UNIC-CPG, v 2, nº. 1, 1998.

CAVALCANTI, Reginete; Lima, Murilo Duarte Costa. **A Criança Hiperativa: o olhar da inclusão**. Revista Saber & Educar, Cadernos de Estudo, nº 14. Disponível no site http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/321/SeE14_A%20Crianca%20Hiperativa%20o%20olhar%20da%20inclusao.pdf?sequence=5. Acesso em 03 Mar de 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2001.

DEL CLARO, Priscila. **Aspectos gerais das deficiências**. Revista Educação e Família. Edição 5, Ano I, Junho de 2006.

DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Distúrbios de aprendizagem**, 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. Inclusão: **Um desafio para os Sistemas Educacionais**. In. Ensaio Pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas: 1.ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

IBGE. **Censo 2007**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/defisica_nacional/especial.html. Acesso em 15 de Abril de 2010

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO. P. C. **A Política de Integração/Inclusão e aprendizagem dos surdos: Um olhar do egresso surdo sobre a escola regular**. Artigo apresentado pelo site: <http://pessoas.hsw.uol.com.br>. Acesso em 23 de dez. de 2009.

MANTOAN, M.T.E. *A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon / Senac, 1997.

MITLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003

MONTE-SERRAT, Fernando Braga. **A inclusão no escotismo**. Curitiba: IESPE, 2004.

PEDRINELLI, V.J. Educação física adaptada: conceituação e terminologia. In. **Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Uberlândia: Impresso, 1997. p. 269-339

ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba, IESPE, 2003.

Sá, Elizabet Dias de, et al. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência visual. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF: Editora Cromos, 2007.

SANTANA, Cláudia Gutierrez. **A arte e a Educação Inclusiva**: uma possibilidade real. Curitiba: IESPE, 2004.

SANTOS, Rosangela Pires dos. **Educação Inclusiva**. São Paulo: iEditora, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In. RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação Inclusiva. São Paulo, 2006.

SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeira. **A importância da Inclusão Social dos portadores de necessidades especiais**. Ano 27 - Edição nº 139 - Set/Out/2006 - Publicação Bimestral - Conselho Regional de Psicologia do Paraná . P.14-16.

_____. **Diversidade na aprendizagem das pessoas com necessidades especiais**. Curitiba: IESDE, 2005.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 2001.

SOUZA de Cássia. **Conflitos também ensinam**. Nova Escola, São Pulo, n. 168, p. 16-17, dez. 2003

VASCONCELLOS, Celso dos S. [1956-2003]. **Para onde vai o professor ? Resgate do Professor como Sujeito de Transformação**. 10ª ed. São Paulo: Libertad, 2003. (Coleção Subsídios Pedagógicos do Libertad; v.1).